



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ADEQUAÇÃO DO PPCI DO GINÁSIO DE ESPORTES JOÃO DE ROCHI

Este documento foi desenvolvido com a finalidade de subsidiar contratações envolvendo intervenções na estrutura física que abriga o GINÁSIO DE ESPORTES JOÃO DE ROCHI, situada na Rua Antonio Sorato, 105, Estação Cocal, Morro da Fumaça/SC, com foco na adequação no Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios - PPCI, com o objetivo de potencializar as condições de conforto, higiene, segurança e funcionalidade, garantindo melhor acolhimento à comunidade, de forma a evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, permitindo assim a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, conforme previsto no Art. 18, § 1º da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de obra/serviço especial de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1. Descrição da necessidade de contratação (Art. 18, § 1º, I da Lei nº 14.133/2021)

O ginásio de esportes, inaugurado em 2001, é um espaço dedicado à promoção da saúde, do bem-estar e da prática esportiva para a comunidade. Estruturado para atender diferentes públicos, o local é amplamente utilizado para treinamentos nas modalidades de futsal e voleibol, oferecendo condições adequadas para o desenvolvimento técnico e físico dos atletas. Além disso, o ginásio desempenha um papel importante na inclusão social ao promover aulas voltadas para a terceira idade, incentivando a atividade física regular, a convivência e a melhoria da qualidade de vida.





GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

A intervenção no ginásio tem como principal objetivo garantir a segurança dos usuários e a conformidade da edificação com as exigências legais de prevenção contra incêndio, garantindo que o ginásio esteja em conformidade com as normas de segurança vigentes e com as exigências do Corpo de Bombeiros.

Serão necessários alguns serviços preliminares, dentre eles demolições e remoções, e posteriormente intervenções pontuais que adequarão a atual situação do ginásio com o projeto previsto e aprovado junto ao CBMSC. A adequação contemplará: Regularização das rotas de fuga e acessibilidade; Substituição de equipamentos inadequados; Instalação de novos sistemas de combate; Padronização de sinalização e iluminação de emergência; Garantia de acessibilidade e segurança operacional.

Essas melhorias contribuirão para elevar a qualidade da infraestrutura, garantindo mais segurança, conforto e funcionalidade para toda a comunidade.

2. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual (Art. 18, § 1º, II da Lei nº 14.133/2021)

Com base em informações coletadas, a Secretaria do Sistema de Educação, Esporte e Cultura ainda não possui plano de contratações anual.

3. Requisitos da contratação (Art. 18, § 1º, III da Lei nº 14.133/2021)

3.1. Levantamento da situação atual da edificação, identificando-se as deficiências e patologias que precisam ser sanadas, classificando-as em grau de urgência.

3.2. Levantamento do programa de necessidade junto à Secretaria de Educação e direção escolar.

3.3. Projeto arquitetônico de reforma da escola, devendo contemplar atendimento a todas a legislações e normativas vigentes que forem aplicáveis ao caso, incluindo-se acessibilidade conforme NBR9050.

3.4. Projetos complementares contemplando todas as disciplinas necessárias para perfeito funcionamento da edificação;

3.5. Aprovações e regularizações nos órgãos públicos e concessionárias (Prefeitura de Morro da Fumaça, CERMOFUL, CBM/SC, etc....);

3.6. Definição da forma de execução das obras previstas, se em momento único ou por etapas considerando a ininterrupção dos trabalhos da unidade escolar.

3.7. Procedimento licitatório para contratação de empresa especializada, com equipe técnica qualificada e habilitada, para execução dos serviços indicados (obra de engenharia) seguindo rigorosamente as especificações técnicas previstas em termo de referência e respectivos anexos, assim como as normas técnicas vigentes aplicáveis. Utilização de materiais novos de primeira qualidade.

4. Estimativas das quantidades para a contratação (Art. 18, § 1º, IV da Lei nº 14.133/2021)

Etapa	Descrição	Quantidade
01	ADEQUAÇÃO AO PROJETO DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS DO GINÁSIO DE ESPORTES JOÃO DE ROCHI	1

5. Levantamento de mercado (Art. 18, § 1º, V da Lei nº 14.133/2021)

Considerando tratar-se de obra de engenharia, todo o orçamento deverá basear-se no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). O SINAPI tem por objetivo a produção de séries



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

mensais de custos e índices de custos da construção civil, em diferentes níveis de agregação técnica e espacial, visando permitir a programação de investimentos e a execução e análise de orçamentos. Utiliza pesquisa de preços e custos como tipo de operação estatística, com dados de pesquisa por amostragem não probabilística e periodicidade mensal.

Assim, considerando que a própria base de dados utilizada no orçamento origina-se de levantamento de mercado realizado pelo IBGE, não verifica-se necessário discorrer sobre tal neste documento. Entretanto, recomenda-se que o orçamentista realize verificação dos insumos mais representativos dentro da obra a ser contratada, através da curva ABC, comparando com cotações de mercado na região para identificar eventuais disparidades de preço que possam ser corrigidas e assim gerar relevante economicidade para a Administração.

6. Estimativa do valor da contratação (Art. 18, § 1º, VI da Lei nº 14.133/2021)

Conforme orçamento executivo anexo ao termo de referência, o valor total estimado das obras é de R\$ 59.513,76. As planilhas sintéticas e analíticas apresentam os dados detalhados das previsões de custos de cada serviço a ser contratado, conforme etapas previstas.

7. Descrição da solução como um todo (Art. 18, § 1º, VII da Lei nº 14.133/2021)

A solução escolhida é de contratar empresa especializada em obras de engenharia para executar as obras previstas, contemplando todos os serviços e materiais necessários para realização das adequações necessárias, potencializando o atendimento das questões relativas a conforto, higiene, segurança, funcionalidade e acessibilidade, conforme projetos e especificações técnicas constante em termo de referência e respectivos anexos, limitando-se aos valores referenciais obtidos em pesquisa de mercado.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (Art. 18, § 1º, VIII da Lei nº 14.133/2021)

Para o caso em estudo, não se aplica o parcelamento da contratação, uma vez que as intervenções referentes à implantação do novo reservatório e à adequação da edificação ao PPCI constituem um conjunto único e integrado de melhorias voltado à infraestrutura e à segurança da unidade escolar.

A execução dessas ações exige coordenação técnica unificada, considerando a interdependência entre os serviços e a necessidade de compatibilização das soluções construtivas e de segurança.

Assim, a licitação será realizada de forma integral, contemplando todas as intervenções previstas no projeto, o que garantirá maior eficiência na gestão contratual, padronização das soluções técnicas e otimização dos recursos públicos, sem prejuízo à qualidade ou aos prazos estabelecidos.

A execução será organizada de maneira planejada para minimizar impactos no funcionamento do ginásio, assegurando a continuidade das atividades escolares e a segurança de toda a comunidade durante a realização dos serviços.

9. Demonstrativo dos resultados pretendidos (Art. 18, § 1º, IX da Lei nº 14.133/2021)

Com a execução da obra, pretende-se elevar o padrão de qualidade da infraestrutura, garantindo um ambiente mais seguro, confortável e funcional. A intervenção busca adequar as condições físicas da unidade às exigências da legislação do Corpo de Bombeiros, especialmente no que se refere às medidas de prevenção e combate a incêndio, garantindo a segurança dos usuários.

Como resultado, a comunidade será beneficiada com um espaço mais adequado e seguro, refletindo diretamente na qualidade do serviço público prestado.



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

10. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (Art. 18, § 1º, X da Lei nº 14.133/2021)

- Elaboração do termo de referência contendo todas as informações necessárias para definição do objeto, com as respectivas especificações técnicas, projetos e orçamento;
- Execução do processo licitatório, conforme Lei nº 14.333/2021 e instruções técnicas municipais, análise e parecer da consultoria jurídica;
- Designação de gestor do contrato e fiscal para a obra/serviço;
- Dar as condições mínimas para que a fiscalização e a gestão do contrato possam executar suas funções com a devida precisão necessária.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes (Art. 18, § 1º, XI da Lei nº 14.133/2021)

Em pesquisa realizada na área de licitações do site www.morrodafumaca.atende.net verificou-se a existência de diversas outras contratações destinadas a execução de obras públicas (construções, reformas, ampliações, pavimentações, etc...), mas considerando a natureza singular de tais obras conforme a localização e destinação, de acordo com os projetos específicos e personalizados, não há como correlacionarem-se.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (Art. 18, § 1º, XII da Lei nº 14.133/2021)

Para a execução da obra prevista, a geração de resíduos da construção civil pode ser identificada como potencial impacto ambiental. Assim, é necessário que a empresa contratada realize o controle na geração dos resíduos, assim como a correta destinação do material em locais apropriados.

13. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação (Art. 18, § 1º, XIII da Lei nº 14.133/2021)

Com base no exposto neste estudo técnico preliminar, conclui-se pela adequabilidade de contratações para execução de intervenções na estrutura física que abriga a E.E.F.M. Zuleima Búrigo Guglielmi, considerando-se a sua prevalência sobre outras soluções levantadas, o atendimento aos requisitos descritos e aos resultados pretendidos.

Morro da Fumaça, SC, 24 de Abril de 2026.

Maria Emilia Crocetta Redivo

Arquiteta e Urbanista CAU A147441-3